

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de junho de dois mil, deu-se início a Sexagésima Nona Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), presidida pelo senhor Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL). Presente os conselheiros titulares: NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT); NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO (MNDH); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE); JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); CHARLES ROBERTO PRANKE (AMENCAR); EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL (MINISTÉRIO DA FAZENDA); CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE (MPAS); IVANILDO FRANZOSI (CASA CIVIL); ANTONIO IVAN ARAUJO SILVA (MPOG); OLGA CÂMARA (MJ); GLAUBER MACIEL SANTOS (MTE). Presentes também, os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: JÚLIO BOAVENTURA SANTOS MATOS (MRE); MARILDA MARFAN (MEC); PAULO ANDRÉ JUKOSKI (MET / INDESP) e Eliana Crisóstomo (parcialmente). Por motivo de ausência justificada da conselheira titular da PUC - SP, foi convocado e esteve presente o conselheiro suplente Clodoveo Piazza (INDICA); que assumiu a titularidade nesta assembléia. O Presidente abriu os trabalhos, submetendo a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada por todos, como segue: **I LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA** - A Ata da Sexagésima Oitava Assembléia, não foi apresentada, tendo em vista o acúmulo de trabalho na Secretaria Executiva do Conselho - **II AVALIAÇÃO DAS PENDÊNCIAS DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR**. Foi feito balanço sobre o cumprimento das pendências, de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus responsáveis. Quanto aos pontos pendentes, foram transferidos para novas posições nas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho. **III APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DA SEAS** : a) Núcleo de Apoio à Família - NAFES; b) Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano. A gerente do programa Agentes Jovens, Maria Albanita Roberta de Lima, primeiramente fez a explanação do Programa Agentes Jovens, enfocando suas diretrizes e sua metodologia de atendimento. Ressaltou que estão sendo atendidos onze mil e novecentos jovens em trezentos e quarenta e cinco municípios, tendo como critérios para o atendimento os egressos do PETI. Ressaltou que o programa é realizado em parceria com outros ministérios e com empresas privadas, destacando alguns municípios que já trabalham com adolescentes em conflito com a lei. Quanto ao Programa Núcleo de Apoio às famílias - NAFES - A Gerente do programa Agentes Jovens Maria Albanita, fez também a apresentação do mesmo, tendo em vista a impossibilidade do comparecimento da sua gerente. Foram abordados a concepção, as diretrizes do programa e o apoio da SEAS para a estruturação dos serviços. Foi ressaltado a criação de brinquedoteca e lavanderia comunitária, com ótimos resultados. Disse a Gerente, que no entorno de Brasília os programas Agentes jovens e NAFES são desenvolvidos conjuntamente. Abriu-se o debate, onde foram destacados os seguintes pontos: a) O conselheiro Ivanildo, informou que os trabalhos que estão sendo desenvolvidos no entorno do Distrito federal, conta com parceria de vários ministérios e que o Programa Agente Jovem está impressionando a todos pela sua simplicidade e interesse dos jovens ;b) A conselheira Rachel Niskier, elogiou a explanação da gerente, ressaltando a necessidade de acompanhamento do Programa, bem como a importância da aplicação das medidas sócio-educativas e finalmente questionou se está previsto visitas domiciliares; c) O conselheiro Clodoveo Piazza, alegou estar impressionado com a beleza do programa e pela insignificância do número de atendimento, dada a situação de extrema miséria que se encontram as periferias, alegando que o Programa está longe do alcance da meta ideal. Alertou para a necessidade de criação de políticas e

não programas isolados; d) A conselheira Maria Izabel, indagou se o programa atende jovens do sexo masculino e feminino, quais as atividades que são desenvolvidas e se na rede de serviços do NAFES está incluso a questão do emprego e renda. Demonstrou sua preocupação com o crescimento dos programas assistenciais e a não distribuição de renda; e) O conselheiro Charles Pranke, ressaltou a necessidade de aglutinação dos programas e a definição de políticas, principalmente a política da família, bem como a articulação e integração do CONANDA, CNAS e SEAS. Sugeriu para o segundo semestre a realização de evento para discutir o programa; f) A conselheira Eliana Crisóstomo, indagou se escolarização, esporte, lazer e profissionalização estão interagindo no programa; g) A gerente, respondeu à todos os questionamentos, ressaltando que o Programa Agente jovens está se estruturando para trabalhar com as medidas sócio - educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. No que tange ao entorno do Distrito federal, afirmou que já foram implantados vinte e dois Centro de Apoio à Família e nos demais estados o trabalho vem sendo desenvolvido nos Assentamentos do INCRA, conjuntamente com o Programa Agentes Jovens, afirmando que já são atendidos vinte e tres assentamentos. Disse concordar com a fala do conselheiro Piazza, sobre a criação de Política para jovens, caso contrário, haverão programas isolados. Com relação as parcerias, ressaltou que as mesmas já existem através dos Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego. O Presidente agradeceu a participação da expositora, ressaltando a sua importância para o Conselho. A Gerente Albanita agradeceu a oportunidade dessa apresentação, se comprometendo encaminhar ao CONANDA cópia dos documentos apresentados .

VI GRUPOS DE TRABALHOS E COMISSÕES TEMÁTICAS

As Comissões temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram no final do expediente da manhã e início da tarde, para tratarem de assuntos específicos de suas áreas de atuação. **V - LANÇAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO ECA DEZ ANOS NO CONGRESSO NACIONAL** - Às quinze horas os conselheiros se dirigiram ao Congresso Nacional, para participarem da abertura da Semana de Comemorações dos dez anos do ECA, promovida pela Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente. Como parte dessa comemoração foi realizado a entrega do Prêmio Prefeito Criança dois mil, promovido pela Fundação ABRINQ. No dia vinte e um, deu-se prosseguimento aos trabalhos, com a pauta que segue: **I - RELATO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO** :

1) Comissão de Políticas Públicas - O coordenador da Comissão, **Joacir, fez o relato dos trabalhos enfocando:** a) Diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Dar o prazo até trinta de junho, para a Neide Castanha repassar à Comissão, o formato do documento devendo conter uma introdução, aprofundamento dos quatro eixos básicos (erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho juvenil, combate à violência sexual, adolescentes em conflito com a lei e Conselhos Tutelares) sendo que a educação perpassará por todos os eixos. Além desses eixos serão tratadas outras políticas sociais básicas. Deverá haver um capítulo de monitoramento, que tratará da interdisciplinaridade das áreas. Por fim, que o documento tenha um anexo apontando um Plano de Ações; b) Programa " O Futuro é Agora" - Acusar o recebimento do documento. A Comissão avaliou que o Programa está de acordo com a legislação de proteção dos direitos da criança e do adolescente; c) Recebimento do ofício do Ministério do Trabalho e Emprego - DRT / Alagoas, informando sobre os procedimentos da Blitz realizada no período de quinze a dezessete de maio de dois mil, respondendo ofício do CONANDA. Enviar ofício a DRT - AL, acusando o recebimento e solicitando manter-nos informados. O conteúdo do ofício deve conter citações da: Constituição e Estatuto, Convenções Cento e Trinta e Oito e Cento e Oitenta e Dois , indicar o Fórum de Erradicação do trabalho Infantil e informar que o Brasil é parte das Convenções Internacionais e sobre a necessidade de mobilização nacional pela erradicação do trabalho infantil. Enviar ofício ao CDECA - AL com a cópia do documento enviado pela DRT - AL; d) Recebimento de ofício do Ministério da Justiça / Departamento de Classificação, respondendo ofício do CONANDA sobre classificação etária e horário dos programas televisivos, alegando não ser de sua competência o assunto da denúncia. Encaminhar à senhora Tânia, cópia da

correspondência do MJ; e) passar cópia da Agenda do Combate ao Trabalho infantil, aos conselheiros do CONANDA. Todos os encaminhamentos apresentados foram aprovados pela plenária. **Comissão de Orçamento e Finanças** - O coordenador Charles Pranke, fez o relato sobre a supressão da ação "Manutenção de Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do FNCA". Quanto ao orçamento para manutenção do CONANDA, o coordenador informou que o mesmo permaneceu inalterado. A conselheira Eliana, complementou a informação dizendo ter sido a única ação do DCA que não sofreu o corte linear. O coordenador informou ainda, que no mês de julho será lançado pelos Correios o novo selo "Selando o Futuro", cujo percentual da venda desses selos será creditado no FNCA. Com relação a Resolução Fundo a Fundo, informou que há essa possibilidade, porém deverá ser através de Decreto, ficando o assunto a ser melhor debatido na assembléia de agosto. A Assistente do CONANDA Bernandete, informou sobre a necessidade de alteração da nomenclatura da ação " manutenção de Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano dois e um, a pedido da Secretaria de Orçamento Federal, bem como o lançamento dos valores das ações do FNCA no SIDOR. Informou ainda, sobre a viabilidade de posteriormente solicitar recursos extrateto para estas ações e sobre o pedido de credito especial que foi enviado à Secretaria de Planejamento do MJ, para inclusão da ação do FNCA tendo em vista a sua supressão para o ano dois mil. O coordenador da Comissão, falou também, sobre o envio de correspondência ao Secretário de Planejamento do MJ, solicitando aumento dos tetos na fonte cem, para as duas ações do FNCA, bem como a transferência dos valores da fonte cento e cinqüenta da ação " assistência sócio-educativa ao adolescente em Conflito com a Lei", para a ação "manutenção de Unidades de defesa dos direitos da Crianças e do adolescente", e sobre a solicitação do aumento dos valores na ação " manutenção do CONANDA", tendo em vista a realização da IV Conferência Nacional. **3 - GRUPO DE TRABALHO PARA MONITORAMENTO DA TERCEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL.** O CONSELHEIRO Charles Pranke, informou à plenária sobre a elaboração da síntese das propostas aprovadas na Terceira Conferência Nacional, elencando as prioridades de cada política pública as quais o CONANDA deve investir. Informou que esta seleção se faz necessária tendo em vista a grande quantidade de recomendações aprovadas na Conferência Nacional, tornando-se impossível o seu atendimento na íntegra. Após a apresentação de todos os itens elencados, foram apresentadas sugestões para o enriquecimento do trabalho , como segue: a) O Conselheiro Fernando indagou sobre a proposta número cento e sessenta que propõem emenda constitucional permitindo que as tres esferas do governo possam assegurar percentual mínimo de um por cento em seus orçamentos para alocação de recursos aos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente e sobre a proposta cento e cinqüenta e sete, que recomenda a criação de banco de dados que contenha informações das áreas de saúde, educação, assistência, trabalho, segurança, entre outras, em nível de Estado e Municípios relativos à crianças e adolescentes , alegando a sua complexidade; b) Os conselheiros Normando e Kênia, sugeriram nova redação ao documento somente com os pontos prioritários, e enviá-lo às Comissões Temáticas; c) O conselheiro Piazza, sugeriu selecionar os pontos em que haja vontade política de execução; d) A conselheira Eliana, sugeriu a eleição de apenas dois ou três itens por blocos, devendo priorizar por exemplo os Conselhos, apoiando a formação desses Conselhos e a capacitação dos conselheiros; e) O conselheiro Ivan, também ponderou sobre a questão do desconto de um por cento dos três poderes; f) O conselheiro suplente Raymundo Mesquita, concorda com os demais conselheiros em apoiar as prioridades, enfatizando que o Conselho não deve assumir muitas ações e depois não cumpri - las; g) O conselheiro Joacir, sugeriu passar o documento às Comissões e GT's, para que os mesmos façam as seleções das prioridades e apresente-as na próxima plenária . As demais Comissões e Grupos de Trabalho ficaram de apresentar seus relatos na próxima assembléia, tendo em vista a exiguidade de tempo. **II - LANÇAMENTO DA CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA.** A mesa para lançamento da Campanha foi composta pelo Presidente do CONANDA Cláudio Augusto, pelo Secretário de Estado dos Direitos

Humanos, Embaixador Gilberto Saboia e pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria Dr. Lincoln Marcelo Silveira Freire. Estiveram presentes no evento Dr. Deoclécio Campos Júnior - Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria de Brasília, Márcio Sanches - Coordenador do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Dr^a Reiko Niimi - Representante do UNICEF, Dr. Jorge Wethein - Representante da UNESCO e o Senador Geraldo Althoff. O Presidente do CONANDA, deu início a cerimônia dizendo da importância da iniciativa da Sociedade Civil em parceria com o Poder Executivo e em seguida passou a palavra ao Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, que abordou o tema da Campanha " Violência é Covardia - As marcas ficam na sociedade. "Fez entrega aos componentes da mesa do Guia de Orientação, folder, cartazes e camisetas, alusivos a Campanha. Enfatizou o objetivo da Campanha e sua finalidade, apresentando dados estatísticos sobre a violência doméstica. Cumprimentou os integrantes da equipe do Ministério da Justiça e à todos que se engajaram na mobilização da Campanha. Dando prosseguimento, o Secretário de estado dos Direitos Humanos, saudou a todos e felicitou os componentes que elaboraram o Guia de Orientação, pela qualidade das informações, além de enaltecer a importância da Campanha. A coordenadora da Campanha conselheira Rachel Niskier, leu um poema, dedicado à todas as crianças e adolescentes, sem nenhuma exceção, dizendo ser a sua mensagem, o seu compromisso de hoje e sempre em favor da população infanto-juvenil. Assim diz o Poema: " pergunto ao vento que passa notícias do meus país, o vento cala a desgraça o vento nada me diz. Mas há sempre uma candeia dentro da própria desgraça, há sempre alguém que semeia canções no vento que passa. Mesmo na noite mais triste em tempo de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não". Nós vamos continuar dizendo não à violência. O Presidente agradeceu à todos em nome do CONANDA e disse que o Conselho ao se envolver nesta atividade está cumprindo um dos papéis do novo formato de gestão de Políticas Públicas no país. Disse que o Conselho é um espaço de articulação, disseminação e de reforço de iniciativas, tanto da sociedade civil, quanto do poder público executivo e legislativo, servindo para essa difícil tarefa de implantar de forma definitiva no país, uma legislação moderna para uma sociedade mais justa, que não precise conviver com a violência que temos vividos nos últimos anos. Finalizando, convidou a todos para continuar participando da assembléia e deu por encerrada a cerimônia. **III - INFORMES**

- 1)O conselheiro Paulo Jukoski, apresentou três informes: a) que foi procurado por profissionais da FEBEM - SP e nesse contato foi sugerido cursos de profissionalização aos adolescentes, sobre arbitro de futebol, volei e outras modalidades e bandeirinhas, objetivando inseri - los nos campeonatos existentes; b) que manteve reunião com a Coca-Cola, onde a mesma propôs desenvolver trabalhos de reciclagem de garrafas, visto que atualmente somente vinte por cento das garrafas são recicladas; c) que o INDESP, através da Coordenação do Desenvolvimento do Esporte, estuda a viabilidade de implantar Centros Esportivos para atendimento de crianças e adolescentes, inserindo a creche esportiva, onde além da alimentação e brincadeiras lúdicas as crianças e os jovens terão todo o acompanhamento científico do esporte, em parceria com o Comitê Olímpico e as Universidades. O conselheiro Joacir, disse achar importante a capacitação dos adolescentes da FEBEM na formação de árbitros, etc, porém, ressaltou sobre a necessidade do cumprimento do Estatuto no que diz respeito ao trabalho do adolescente. Quanto a construção dos centros, disse ter preocupação, visto que depois de construídos os estados e municípios não fazem a sua manutenção. Sugeriu a parceria com a Educação. A conselheira Albanita, disse que o desafio é envolver as Prefeituras nesse Projeto. Quanto a construção, antes deve-se fazer um levantamento do que já existe no município. A conselheira Rachel Niskier, parabenizou a proposta e solicitou a inclusão da pediatria, para atendimento das crianças. A conselheira Maria Izabel, pediu maiores esclarecimentos sobre a parceria com a Coca-Cola. O conselheiro Paulo, disse concordar que já existem os Centros, mas não com a filosofia do esporte. Após todos os esclarecimentos sobre a proposta, o Presidente, sugeriu para que o conselheiro apresente o Projeto ao CONANDA, incumbindo a Comissão de Políticas públicas e o DCA para prestarem o assessoramento necessário á formalização do projeto,

alertando-os sobre a necessidade de articulações com os programas infanto juvenis no país, principalmente com programas para jovens; 2) O presidente, informou sobre a situação da assembléia a ser realizada em Alagoas e sobre os contatos mantidos com algumas pessoas durante sua estada no Rio Grande do Norte, enfatizando a situação melindrosa do Estado, quanto as questões de violência sexual. Avaliou sobre o erro do CONANDA em ter convidado a juíza de Direito - AL e a Promotora de Justiça de Caxias para a assembléia do CONANDA sem a presença do Conselho Estadual, enfim fez uma avaliação dos prós e contra à ida do CONANDA àquele estado. Disse que esta avaliação foi feita em conjunto com a Presidente do CDECA-AL, um Promotor de Justiça e um técnico do estado, tendo sido informado sobre erros processuais no encaminhamento do caso. O assunto foi debatido pela plenária, tendo sido registrado os pontos que seguem: O conselheiro Normando acha que deve-se propor alguma coisa em relação às adolescentes envolvidas e o CONANDA tomar algum posicionamento para que a impunidade não se estabeleça. A conselheira Eurídice, argumentou que nestas questões há conivência com as formalidades em detrimento a ação. Disse que a sua posição é manter a ida à Alagoas e pedir ajuda de consultoria jurídica para que aponte os equívocos processuais do caso. A conselheira Eliana, alertou para a gravíssima situação e que não deve-se deixar morrer o caso. O conselheiro Piazza, argumentou que talvez a questão esteja se envolvendo num círculo vicioso de formalidades para abafar a verdade. Para o conselheiro Charles, a audiência pode desviar o foco da questão. O conselheiro Fernando, propõem o levantamento pelo CONANDA da real situação, em conjunto com o CDECA e ABMP. O conselheiro Walter, acha que o CONANDA deve preservar o direito da criança e do adolescente e não cometer os mesmos erros. Deve-se compatibilizar as informações para realizar a assembléia. Para a conselheira Kênia, deve - se buscar o que existe de concreto . O conselheiro Joacir, disse que o fato é que se faz a exploração sexual no Brasil e o CONANDA deve dar resposta à essa questão, visto ter direitos violados, portanto, necessitando de punição. O Presidente, questionou quem fará a assessoria jurídica e do ponto de vista social o que se fará com as famílias e as adolescentes vítimas da exploração. A conselheira Kênia sugeriu que os conselheiros Ivanildo, Eurídice e Olga, ficassem responsáveis pelo levantamento das questões jurídicas e a SEAS, pelas questões sociais. A proposta foi submetida à votação, tendo a mesma sido aprovada por todos, ficando de apresentar os resultados do levantamento na próxima assembléia do Conselho. 3) com relação a Assembléia do Maranhão, o Presidente sugeriu os dias três e quatro de julho e que fosse informado à Secretaria executiva a relação dos conselheiros que irão a São Luís. Informado de que a maioria dos Ministérios não assumirão as despesas dos conselheiros governamentais que participarão da assembléia em São Luís o Presidente disse não concordar que o CONANDA assumas as despesas, considerando lamentável tal situação. A conselheira Marilda Marfan, justificou dizendo que a correspondência de solicitação deveria ter sido assinada pelo Presidente. O conselheiro Ivanildo, acha a questão discutível, visto que os recursos são para assegurar as ações do Conselho. O conselheiro José Fernando da Silva, também concorda que o CONANDA assumas as despesas dos conselheiros governamentais. A conselheira Eliana, fez o alerta de que os recursos não são só para o CONANDA, alegando que o DCA apenas priorizou as ações do Conselho. Com relação à assembléia do Maranhão, foi fechada pela plenária a pauta a ser executada no referido evento; 4) O Presidente, fez um breve relato da programação dos dez anos do ECA para o dia treze de julho, informando que na parte da manhã será o lançamento do selo " Selando o Futuro", em parceria com os Correios, onde parte dos recursos da venda desse selo será creditado ao FNCA, ficando o CONANDA, responsável pelo convite aos Ministérios e demais autoridades federais. Informou ainda, que as diretrizes sobre a erradicação do trabalho infantil não ficará pronta nesta data. Propôs que o governo feche questão contra os projetos de rebaixamento da idade penal e na consolidação do Sistema de Garantia de Direitos. Finalizando, informou sobre a elaboração da Política Nacional Contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescente, discutida no Seminário Nacional, realizado em Natal – RN, no mês de junho, a qual será enviada ao CONANDA para a sua deliberação; 5) A

conselheira Marilda Marfan, informou que representou o CONANDA no Encontro da União Nacional dos Conselhos de Educação, fazendo um breve relato dos assuntos discutidos no evento. Informou também, sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o qual seguirá para o Senado. Disse que esse Plano necessita de detalhamento a nível de Estado e Municípios; 6) A conselheira Eliana, informou sobre o trabalho articulado que o Ministério da Justiça e DCA vem desenvolvendo no entorno do DF, para a estruturação dos Conselhos Municipais e Tutelares, juntamente com o CEDCA - GO. Os recursos são principalmente para equipamentação dos Conselhos e capacitação dos conselheiros. O conselheiro Ivanildo, complementou as informações, falando da parceria com os demais ministérios para o entorno, como o INDESP, na construção de Quadras da Cidadania, o Ministério da Saúde, disponibilizando agentes de saúde, o Ministério da Cultura, na criação de bandas municipais e bibliotecas. Ressaltou que este trabalho é um ensaio ao lançamento do Plano Nacional de Combate à Violência. O conselheiro informou também, sobre o Plano Nacional de Segurança Pública que foi lançado e que será coordenado pelo Ministério da Justiça e falou ainda, das mudanças que deverão ocorrer no Ministério da Justiça em decorrência do mesmo; 7) O conselheiro José Fernando, informou sobre o Relatório " Toque de Recolher", contendo a síntese das reuniões que foram realizadas em Recife, e Brasília. Apresentou as recomendações contidas no relatório, para apreciação do CONANDA, como segue: a) Que os Conselhos Municipais da cidade de Recife e demais municípios da Região Metropolitana tenham uma participação mais ativa e articulada; b) Que o Conselho Estadual, assuma a coordenação política do Programa Estadual ; c) Que a Coordenação Executiva do Projeto tenha maior rapidez na adoção de medidas, fazendo com que as crianças, adolescentes e famílias acreditem que o programa será efetivo e eficaz; d) Investir prioritariamente, no trabalho com as famílias e formação de uma rede de atendimento, particularmente de abrigos; e) Que sejam estabelecidos contatos com músicos locais para discussão e formação de uma agenda para ser realizada na jornada ampliada com crianças e adolescentes, a exemplo de Naná Vasconcelos, Nascimento Passo, Maracatú, Nação Pernambuco , Cascabulho, Mestre Ambrósio, etc.; f) Que seja realizada uma avaliação mais específica sobre a não incorporação da Polícia Civil (DPCA) no trabalho de abordagem de rua, g) Que haja maior integração entre o Projeto Hora de Acolher, para crianças e adolescentes trabalhadores noturnos, com o " Busca Ativa" da Prefeitura da cidade de Recife, voltado para os envolvidos com drogas; h) Que haja uma articulação / aproximação efetiva do Programa Estadual de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes em situação de Rua / projeto Hora de Acolher com o PETI - PE, de modo que as crianças e adolescentes identificados pelo primeiro sejam atendidos pelo PETI; i) Que os dados sobre o andamento do projeto sejam divulgados sistematicamente, uma vez por mês, com : Conselhos Estadual, Municipal e Tutelares da cidade do Recife , Juizado da Infância e Juventude e Frente de Entidades Sociais de Pernambuco; j) Implementação das demais linhas de ação previstas no Programa Estadual, sem as quais a adoção do Projeto Hora de Acolher ficará prejudicado; l) Implantação imediata do projeto Hora de Acolher para os demais municípios; m) Que a sociedade civil, cumpra o seu papel de controle social na execução e no monitoramento de políticas públicas na área da infância e juventude, identificando e denunciando os erros, bem como propondo alternativas de melhoria do Projeto; n) Que o CONANDA discuta, formule e aprove uma Resolução em conjunto como Conselho Nacional de Saúde sobre drogas; o) Que o CONANDA solicite parecer de um especialista sobre a inconstitucionalidade das portarias, principalmente as de números dois de noventa e nove e número um de dois mil; p) Solicitação de parecer e encaminhamento de cópia do mesmo aos órgãos listados no relatório. O assunto foi discutido pela plenária, tendo sido sugerido a supressão do item quatorze do relatório e o acréscimo dos seguintes pontos: a) Que as conselheiras Olga Câmara e Ana Goretti, do Ministério da Saúde elaborem Resolução sobre drogas e apresente a minuta na próxima plenária; b) Que o Conselho Estadual de Pernambuco e o CONANDA, solicitem parecer sobre a inconstitucionalidade do Programa, sugerindo-se à ABMP e Ministério da Justiça a

elaboração do referido parecer; 8) Projeto de Lei sobre punição de pais que não matriculam os filhos na escola - Ficou decidido que a Comissão de Políticas Públicas, solicite cópia do projeto à Câmara dos Deputados e pautar a discussão com a autora do projeto na assembléia de agosto , bem como contatar com a Frente Parlamentar para a possibilidade de segurar o projeto até a referida discussão 9) A representante do INESC, Perla, informou sobre o evento realizado pela Frente Parlamentar para discutir Projetos de Lei sobre Trabalho Educativo e Conselhos Tutelares, fazendo a entrega dos projetos que foram discutidos para análise das Comissões e Grupos de Trabalho. Foi deliberado o encaminhamento de cópia dos Projetos à todos os conselheiros; 10) Ficou decidido reiterar ofício aos CEDCA's, solicitando assinaturas contra o rebaixamento da idade penal e enviá-las ao CONANDA até o mês de setembro e que a Secretaria executiva faça o computo geral das assinaturas e apresente - o na próxima assembléia do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Presidente